

Os mandamentos do eleitor: Igreja Católica e as eleições de 1989¹

Ana Carolina RONCHI²³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise de conteúdo do boletim Ferramenta - informativo da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória no estado do Espírito Santo. Sendo produzido no bojo do movimento operário capixaba, o informativo nasce como um símbolo da imprensa alternativa. Ao longo de mais de duas décadas o informe teve o intuito de informar e convocar o trabalhador à reflexão das mazelas que o atingiam. Lançaremos luz sobre o conteúdo divulgado em 1989, véspera das primeiras eleições diretas pós ditadura militar.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação alternativa; Igreja Católica; movimentos sociais.

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E IGREJA CATÓLICA

Nos voltarmos à análise dos meios de comunicação implica em buscar compreender também a tessitura social em um tempo circunscrito e os atores que nela atuam(ram). Neste trabalho, especificamente lançaremos luz sobre a atuação das mídias alternativas populares como instrumentos de mobilização social, especialmente no que tange o vínculo entre a Igreja Católica e o movimento operário ao longo do século XX. No último tópico do artigo, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), visualizamos como *Ferramenta*, boletim produzido pela Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória no Espírito Santo, tecia narrativas a respeito do cotidiano brasileiro.

Compreender a formação do boletim Ferramenta perpassa por mapear um complexo cenário – político e eclesial, especialmente. Isso porque ao longo do século XX o Estado Brasileiro sofre um golpe civil-militar e permanece ao longo de 21 anos instaurado em uma ditadura. Por outro lado, a própria Igreja Católica passa por uma

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Religiões, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestra em Comunicação e Territorialidades (UFES). Jornalista (UVV). E-mail: ronchianacarolina@gmail.com.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

série de transformações que modificaram sua forma de pensar e agir sobre a sociedade brasileira.

Visando entender a atuação do boletim, pontuamos em primeiro lugar as mudanças na imprensa brasileira decorrentes do golpe de 1964. Embora houvesse periódicos e profissionais contrários à ditadura e que buscavam resistir usando as armas que um jornal detinha – como publicar poemas ou receitas de bolos no lugar de textos censurados – sabe-se que a imprensa brasileira majoritariamente esteve ao lado do golpe. Alguns trabalhos como os de Kushnir, 2004 e de Smith, 2000, buscam detalhar esse cenário marcado por certo consenso dos meios de comunicação (e seus empresários) contra as reformas de João Goulart.

A sociedade civil, empresariado, setores conservadores da Igreja Católica e a grande imprensa demonstraram apoio com manifestações públicas a favor do golpe. No caso dos veículos de comunicação, Ana Paula Ribeiro (2014, p. 167) salienta que um dos exemplos mais contundentes desses posicionamentos foi o do Correio da Manhã. O jornal, sob a direção de Niomar Moniz Sodré, às vésperas do golpe, publicou dois editoriais que se tornaram antológicos. O primeiro era intitulado "Basta!" e saiu no dia 31 de março de 1964. O segundo, "Fora!", foi publicado no dia 10 de abril. Os textos exigiam - o primeiro de forma mais amena; o segundo de maneira absolutamente incisiva - o impeachment ou a renúncia imediata de Jango.

Alguns veículos que em 1964 se posicionaram a favor do golpe e contra Jango, especialmente com o endurecimento do regime, passaram a mudar de lado. Isso porque, a atuação da censura política no Brasil passou a afetar diretamente a produção de jornais, especialmente a partir do Ato Institucional Nº 5, o AI 5 (1968). Sem contar as perdas humanas, com as perseguições aos profissionais da imprensa, as prisões e as mortes.

Para além da censura política que advém do contexto ditatorial, ao lançar luz sobre um veículo alternativo como Ferramenta se faz importante salientar também os impedimentos de cunho econômico dos veículos de comunicação da grande imprensa. É notório que a censura operada pelos militares (e ou jornalistas) ao longo da ditadura militar afetou diretamente a produção de conteúdo nas redações. Contudo, antes mesmo da instauração do golpe certas temáticas não eram bem recebidas pelos jornais da mídia hegemônica – seja por ser contrária a linha editorial, ou por conflitar com os interesses

econômicos dos veículos. Dessa forma, movimentos grevistas, de estudantes e/ou trabalhadores tendem a ser historicamente silenciados ou, até mesmo, evidenciados por um viés criminalizador a partir da grande imprensa.

Sem poder contar com os veículos da imprensa tradicional para se verem representados, movimentos sociais (incluindo os que nasceram e/ou estavam ligados à Igreja Católica, como o movimento operário) optaram por produzir seus próprios veículos, como foi o caso de Ferramenta e tantos outros informativos e porta-vozes de movimentos no país.

Uma das referências sobre imprensa alternativa no Brasil, Bernardo Kucinski (2001) salienta que no período entre 1964 a 1980, nasceram aproximadamente 150 periódicos das mais várias tendências - políticos, satíricos, feministas, ecológicos, culturais que tinham como traço comum a intransigente oposição ao governo militar. Tendo como um dos maiores símbolos de resistência o Pasquim essa nova imprensa ficou conhecida como alternativa, nanica, independente ou underground.

A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatiza uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessa de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e finalmente, o desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p. 23)

Kucinski (1991, p. 23) reforça que nessa distinção entre grande imprensa e imprensa alternativa a primeira, se tornou colaboradora do golpe de 1964 e passou a ser sustentáculo e natural beneficiária do regime militar, ecoando em suas páginas o discurso triunfalista do governo. Do outro lado, estava a imprensa alternativa, muitas vezes materializada em seus pequenos informativos que construía discursos que se opunham a um discurso tido como oficial.

Ainda no intuito de distinguir a grande imprensa de outras, cabe ressaltar que dentro da própria imprensa alternativa não há homogeneidade de atuação. As formas encontradas para se produzir comunicação alternativa variavam. A própria terminologia

“alternativa” podia remeter ao formato, à linguagem, ao processo de produção, aos produtores responsáveis, entre outros.

Faz-se importante entender no contexto da comunicação alternativa o que Cicilia Peruzzo (2009, p. 47) demarca como comunicação popular. Para a autora, esta se origina nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina. Ela se caracteriza como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do povo. Ela é formada por um conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista, tornando-se um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2009, p. 50).

Peruzzo (2009, p. 54) entende que o que caracteriza o jornalismo como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem. Mas que os também pequenos jornais, boletins informativos e outras formas de comunicação (como panfletos, alto-falantes, carro de som, literatura de cordel do circuito dos movimentos populares) eram chamados de alternativos pela força do sentido do seu conteúdo, porém, sem dispensar a leitura de jornais convencionais. Em suma, há uma comunicação alternativa no âmbito dos movimentos populares que extrapola os jornais e o próprio jornalismo em si.

Posteriormente adentraremos na discussão sobre o caráter de comunicação comunitária de Ferramenta. Produzido no âmbito da Pastoral Operária de Vitória este visava mobilizar os trabalhadores capixabas e servir como canal de denúncia das diferentes insalubridades que atravessavam a vida do trabalhador.

Ao longo da ditadura Ferramenta foi canal de organização contra as atrocidades do golpe e suas consequências – como o fim do milagre econômico e as precariedades do mundo do trabalho. O boletim proporcionou também espaço de debate político –

criticando os sindicatos de pelego e alguns de seus produtores estiveram diretamente ligados à formação do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, como reivindicação a um partido que representasse o trabalhador e seus interesses.

E, mesmo após 21 anos de ditadura, o boletim permanece em ação, até o início dos anos 2000. Dessa vez prossegue com a função de continuar a pautar o debate operário – especialmente no que diz respeito às mazelas econômicas e as consequências autoritárias que permaneceram na sociedade mesmo após o processo de redemocratização.

IGREJA PÓS-CONCILIAR E A COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Visualizar os processos comunicacionais ligados à Igreja Católica no Brasil ao longo do século XX perpassa por compreender a importância de eventos como o Conselho Episcopal Latino-Americano, o Concílio Vaticano II, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre outros a partir dos anos de 1950.

A partir destes a instituição passou por uma série de transformações no seu modelo de celebrar e em sua forma de ver e agir sobre o mundo. Mais do que uma receptora dos trâmites do Vaticano, a partir dos anos de 1960 foi possível ver uma Igreja pensada no contexto da América Latina. Missas, por exemplo, deixaram de ser celebradas em latim e o sacerdote passou a celebrar de frente, e não mais de costas para a assembleia.

Nesse novo contexto da Igreja, especialmente ao longo da década de sessenta, surgem no Brasil as chamadas pastorais do meio específico. Que seriam grupos de atuação em diversas frentes sociais. Podemos citar, entre outras, a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Independente Católica (JIC) e os movimentos eclesiais de base (MEB).

A Pastoral Operária, PO, surge então nesse contexto e, para Adailton Augusto (1998, p. 56), não há como dissociar o surgimento e a sedimentação da PO dos horizontes de conjuntura social, econômica, política e ideológica que eram vigentes no período. Isso porque, a base socioeconômica do surgimento da Pastoral Operária está no momento chamado desenvolvimentista. Augusto salienta “que os ventos estavam

favoráveis ao advento de expressões de uma igreja popular", especialmente após se estabelecerem importantes pilares como: o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação, a Conferência de Medellín e a Conferência de Puebla.

A partir da segunda metade da década de 1970 é iniciado no Brasil uma transformação sociocultural em que a tomada de consciência do processo desigual gerado pelo capitalismo ganha força e expressão em diversos movimentos sociais, um deles foi a própria Pastoral Operária. Com o passar dos anos, ao longo da ditadura, os católicos progressistas passaram a criticar a desigualdade social gerada por um modelo econômico excludente das classes subalternas e todas as consequências que essa estrutura tinha sobre a vida dos indivíduos.

Luiz Silva (2020, p. 53) esclarece que no período as demandas eram múltiplas. Isso porque o enfrentamento não era apenas contra a ditadura, mas também contra a opressão do capital em relação ao trabalho. É nesse contexto do enfrentamento da ditadura militar, das políticas econômicas neoliberais e da crítica ao imperialismo norte-americano que surge o movimento católico que dá origem à Pastoral Operária.

No que diz respeito ao Espírito Santo, Erilaine Silva (2020, p. 60) mapeia que a Pastoral Operária desde o seu surgimento buscou mobilizar os trabalhadores por meio de cursos, seminários, palestras e boletins informativos. Para a autora, a atuação da pastoral tinha como objetivo a busca incessante da autonomia de homens e de mulheres assalariados, fossem eles do campo ou da cidade.

Na PO, o processo de formação da consciência do trabalhador se dava com os valores cristãos e a consciência de classe deveria seguir os critérios do Evangelho, da História da Igreja e da Teologia. “Seguindo esses critérios, acreditava-se que os trabalhadores se tornavam amadurecidos e preparados tanto para o engajamento em movimento operário quanto para o ativismo político na sociedade” (SILVA, 2020, p. 60).

Em sintonia com o contexto brasileiro, no Espírito Santo, na década de 1970, a Juventude Operária Católica (JOC), a Pastoral Operária (PO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram a base de trabalhadores que não tinham como se expressar. Erilaine Silva (2013, p. 78) reforça que a PO surgiu na Arquidiocese de Vitória no ano de 1974 e estendeu seus trabalhos às demais dioceses do Espírito Santo, com o intuito de levar reflexões de cunho transformador para o mundo operário.

Aplicando o método “ver, julgar e agir”, as Comunidades Eclesiais de Base discutiam todos os problemas pertinentes à vida da comunidade, sejam religiosos, sociais ou políticos. Realizam, por isso, a junção fé e vida, dissociadas por uma longa história eclesial no nosso continente. Nesta junção, elas representam a palavra dos oprimidos na sociedade. Esta palavra aparece, sobretudo, na produção de material que configura uma rede de comunicação popular. Havia no Brasil uma extensa “rede de comunicação popular tecida pela multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cordel, cadernos de formação, elaborados pelas comunidades eclesiais de base.” (GOMES, 1990, p. 10).

Essa nova prática político-religiosa vinculada às pastorais sociais e que ganha força a partir da segunda metade do século XX tem os pobres e marginalizados como protagonistas. Para ele, estas comunidades, "plantadas no campo e na periferia das grandes cidades, articulam, a partir da fé, os pobres que estão fora ou à margem da cultura dominante". Deste modo, "estabelecem práticas e criam expectativas sobre a sociedade, desencadeando um processo de oposição e de luta contra a hegemonia das classes dominantes" (GOMES, 1990, p. 11).

A COMUNICAÇÃO PROGRESSISTA NA IGREJA NO ESPÍRITO SANTO: O CASO FERRAMENTA E AS ELEIÇÕES

Como visto no tópico anterior, a Igreja Católica a partir da segunda metade do século XX se organizava a partir de uma estrutura de pastorais sociais, cada qual lidando com um segmento social – como a Operária, a da Terra, da Juventude e etc. Os grupos se organizavam com o intuito de discutir sobre a realidade à luz do evangelho, assim como propor mobilizações e lutas contras as carências vividas – como a de moradia, transporte e insalubridade no ambiente de trabalho.

Aliada a esses diversos grupos a Arquidiocese de Vitória ao longo do século, especialmente sob o comando do bispo do João Batista da Mota e Albuquerque (entre 1958-1984), se torna referência nacional de uma Igreja combativa – com espaço de escuta e acolhimento (já que sindicatos e demais instituições eram fechadas e/ou censuradas pela ditadura) e mobilização (criando canais de comunicação, reflexão e aglomerando líderes políticos e/ou sindicais que estariam diretamente ligados

posteriormente com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, e o Partido dos Trabalhadores, o PT, no estado).

Tendo um caráter mais progressista graças a seu bispo, a Arquidiocese de Vitória investe e passa a priorizar a comunicação como um setor estratégico. A instituição já possuía uma pequena gráfica com mimeógrafo em que, timidamente, começavam a ser impressas algumas publicações – a princípio ainda de caráter eclesial. Já em meados dos anos de 1970, uma equipe passou a trabalhar especificamente com toda a comunicação da Arquidiocese, o que profissionalizou o processo.

Quando em 1976, foi inaugurada, no estado, a primeira Pastoral Operária do Brasil, ela também passou a fazer uso dos recursos da comunicação da arquidiocese. Idealizado pelo padre missionário francês Gabriel Maire, nasce, então, o boletim Ferramenta, em 1977.

Como salienta Carlos Trindade (2005, p. 248), Ferramenta era um boletim pequeno, de oito páginas, cada qual trazendo um assunto. Sua distribuição era feita entre os grupos e agentes da PO. Era bancado pelos próprios trabalhadores, que o compravam por um preço simbólico, apenas para a manutenção.

Ferramenta se enquadra no que Peruzzo (2009, p. 56) aponta como comunicação comunitária, ou seja, aquela que se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente - propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos.

Como reforça a autora, mais do que garantir o direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande imprensa – essa comunicação alternativa e comunitária proporcionava aos indivíduos acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos (PERUZZO, 2009, p. 56).

As pautas de Ferramenta eram pensadas coletivamente e o material também era proposto para ser lido/refletido em grupo, com o intuito final de levar o trabalhador à reflexão e à crítica social. Ao longo de suas edições diversas foram, por exemplo, as denúncias aos sindicatos de pelegos. Ao longo da década de 1970 foi essencial também

na divulgação das greves que eclodiram especialmente no setor da construção civil no Espírito Santo.

Enquanto a grande mídia historicamente está ao lado do empresariado no Brasil e tende a marginalizar os movimentos grevistas, o boletim esclarecia aos trabalhadores a importância das greves (mesmo no contexto da ditadura em que eram proibidas); havia por parte do informativo uma tentativa de instruir o trabalhador sobre a história do movimento operário e a importância das mobilizações sociais para a conquista de direitos.

Por ter surgido ao longo da ditadura civil-militar a luta por moradia, trabalho, educação, entre outros se unia à luta por democracia e liberdades. E, mesmo após o fim dos 21 anos de regime, o boletim continuou a agir, perdurando até o início dos anos 2000 em território capixaba.

As temáticas abordadas pelo material auxiliam a compreender as rupturas e permanências da ditadura mesmo após a redemocratização. Além disso, lançam luz para as problemáticas sociais que há séculos atingem a sociedade brasileira, como a desigual distribuição de renda, e na década de 1970 também eram uma realidade a ser enfrentada. A seguir, a edição número 127, de setembro de 1989 de Ferramenta:



Figura 1: Ferramenta nº 127, setembro de 1989.

Dentro da edição nos voltaremos especificamente às páginas quatro e cinco, intituladas “10 mandamentos do leitor”. Ao discutir sobre a análise de conteúdo, Laurence Bardin (2011), diz que tal metodologia tem como uma de suas intenções a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

A partir de entrevistas e referências como Trindade (2005) sabemos que Ferramenta foi produzido no âmbito dos movimentos sociais, especialmente no que tange o operário. As pautas eram pensadas de forma coletiva e a proposta é que o material tivesse caráter dialógico e fosse discutido entre o grupo que o comprava.

A edição abaixo de Ferramenta, de setembro de 1989, foi divulgada dois meses antes das eleições que ocorreriam no mesmo ano. Depois de mais de duas décadas o brasileiro poderia novamente ter o acesso ao voto direto. Como figuras mais proeminentes estavam aqueles que foram para o segundo turno do pleito: de uma lado, representando a elite do país, o jovem político Fernando Collor de Mello. Como líder da esquerda estava o metalúrgico e atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. A seguir, imagem da matéria “10 mandamentos do leitor”:



Figura 2: Ferramenta nº 127, setembro de 1989, páginas 4 e 5.

Produzido no âmbito do movimento operário ligado à Igreja, Ferramenta tinha como intuito a conscientização dos trabalhadores. Conteúdos eram escritos a fim de

pontuar as desigualdades sociais, as injustiças e mazelas que afligiam a vida do operário capixaba.

Este conteúdo referente às eleições não foge do padrão do boletim. Conciso e com linguagem simples, Ferramenta buscava trazer reflexões para o trabalhador. Como o estado do Espírito Santo passou por um forte processo de êxodo rural na segunda metade do século XX, muitos operários que estavam ligados à Igreja - e liam Ferramenta - tinham pouca ou nenhuma instrução. Assim, além de incentivar a leitura e discussão em grupo, Ferramenta também buscava publicar materiais em uma linguagem popular, facilmente reconhecida pelo trabalhador.

Nesta edição, ao discutir sobre as eleições, quem escreveu o boletim optou por uma linguagem com ditados populares fazendo referência aos 10 mandamentos da Bíblia. Por se tratar de uma temática que, muitas vezes, não chama o interesse do público, como a política, com os ditados populares, não só foi possível criar um conteúdo mais atrativo, como auxiliou com que a mensagem fosse entregue com mais eficácia - já que mesmo quem não possui alto índice de escolaridade poderia fazer uso dos ditados populares no dia a dia e compreendê-los.

Por se tratar de um boletim vinculado à Igreja a referência aos dogmas religiosos não deixa de existir no texto - mesmo se tratando de um conteúdo político. Se os cristãos seguem os 10 mandamentos como parâmetro do que é moralmente correto ou não, os cidadãos deveriam se atentar aos mandamentos do eleitor como forma de não optar por um candidato que agisse contra os interesses da classe trabalhadora.

Em síntese, os 10 mandamentos do leitor seriam: 1º Gato escaldado tem medo de água fria; 2º Dize-me com quem andas e te direi quem és; 3º Toda mentira tem perna curta; 4º Em rio que tem piranhas jacaré nada de costas; 5º Quem semeia vento colhe tempestades; 6º Quem engorda o porco é o olho do dono; 7º Uma andorinha só não faz verão; 8º Aquele que não quer, quando pode, não pode quando quer; 9º Quando a esmola é muita o santo desconfia; 10º Periquito come milho, papagaio leva fama.

Muitos dos que liam e produziam Ferramenta chegaram à Região Metropolitana da Grande Vitória graças ao êxodo rural intensificado pela erradicação dos cafezais a partir dos anos de 1960. E, mesmo tendo fixado residência em área urbana, as referências ao interior permaneciam em alguns conteúdos, como é o caso da matéria sobre os mandamentos do eleitor. É notório que muitos dos ditados escolhidos para

serem adaptados no âmbito político envolviam elementos do campo como: “Em rio que tem piranhas jacaré nada de costas” e “Quem semeia vento colhe tempestades”.

Importante reforçar também que, por meio da estrutura da Pastoral Operária do Espírito Santo e seus membros, Ferramenta chegava até o interior do estado. Dessa forma, não há de se estranhar que dos 10 ditados populares escolhidos, seis tenham referência a elementos rurais, como os ditados que envolvem animais.

Como de costume, ao longo da narrativa, o conteúdo se propunha também a convidar os leitores à ação. Para isso eram utilizados verbos no infinitivo como: Conheça; Descubra; Confronte; Exercite; Analise; Veja. Por ser instrumento de comunicação de um movimento social, mais do que informar Ferramenta também tinha a função de formar e refletir sobre a realidade. As escolhas dos verbos ajudam nesse sentido.

Os convites ao debate também são incessantes. Por meio de 12 perguntas ao longo dos 10 mandamentos, o boletim propõe que o eleitor questione os candidatos à eleição. Entre os questionamentos estavam: Suas propostas são transformadoras ou conservadoras?; Qual o seu slogan?; Por que ele o escolheu?; Quem e quais serão os ministros e assessores do 1º escalão?; Qual seu passado e suas lutas em favor da real democracia e da distribuição da riqueza e do poder do país?; Como o candidato visa atender aos anseios de participação do povo? Da sociedade civil? Das várias instituições nacionais?; Quais serão os canais de participação popular no passado político do candidato?; As propostas do candidato são viáveis, concretas, populares ou somente promessas e mentira eleitoral?; Até que ponto esta eleição será mais um passo no avanço da luta de classe trabalhadora?; Como este processo eleitoral ajudará na maior organização dos negros, mulheres, índios, camponeses, operários, crianças, jovens em núcleos organizados nas bases, nas fábricas e no campo?

Como uma mídia comunitária, as demandas sobre mobilização popular também eram recorrentes. Assim, ao longo dos 10 mandamentos do eleitor vemos duas referências sobre essa questão. O 1º mandamento, “Gato escaldado tem medo de água fria”, propõe: “Conheça o passado e a biografia do candidato e a trajetória do seu partido na defesa das causas populares”. Já o 8º mandamento, “Aquele que não quer, quando pode, não pode quando quer”, questiona: “Quais serão os canais de participação popular no passado político do candidato?”

Outro ponto de análise é a comunicação imagética do boletim. Por circular com poucas páginas, tendo assim uma restrição de espaço e também por se destinar a um público não necessariamente escolarizado, era característico do boletim trazer charges, quadrinhos e/ou ilustrações sobre os assuntos abordados. Na matéria sobre os mandamentos do eleitor essa é também uma realidade. E mais do que caráter ilustrativo as imagens também buscavam elucidar o operário do assunto discutido pelo boletim.

A respeito dos mandamentos do eleitor é visível as distinções criadas a partir das ilustrações. Políticos e classe trabalhadora são representados de formas discrepantes. Dos 10 mandamentos apresentados pelo boletim, em seis são representados os políticos. Estes eram ilustrados como figuras que diferiam da classe trabalhadora, inclusive no que tange a vestimenta - os personagens eram desenhados trajados em roupas sociais, especificamente ternos e cabelos penteados.



Figura 3: Ferramenta nº 127, setembro de 1989, 9º mandamento



Figura 4: Ferramenta nº 127, setembro de 1989, 10º mandamento

Enquanto os políticos eram representados em roupas que remetiam à formalidade e à elegância, a classe trabalhadora aparecia de forma mais simples. Aos

políticos, ternos e gravatas, aos trabalhadores, chapéus, lenços, calças e camisas. A forma de apresentar os políticos nas ilustrações desta edição de 1989 se assemelha a forma como o boletim satirizava os próprios empregadores em outras edições. Sempre como figuras que demonstram possuir riquezas - e estas, por sua vez, sempre obtidas graças ao esforço e à exploração do trabalhador.

O boletim também não deixava de esclarecer por meio de imagens aqueles que eram os possíveis alvos da classe trabalhadora e que agiam atacando diretamente os direitos desta. No segundo mandamento, por exemplo, “Dize-me com quem andas e te direi quem és”, o boletim representa um político aliado à empresários, grandes proprietários de terra e, até mesmo, a representantes dos militares brasileiros:



Figura 5: Ferramenta n° 127, setembro de 1989, 2º mandamento

O discurso de Ferramenta auxilia a compreender as permanências da ditadura, mesmo após quatro anos do fim do regime. Ao longo dos 21 anos ditatoriais manifestantes da Igreja (incluindo do clero), do movimento operário e de demais movimentos sociais foram perseguidos, presos e mortos pelos militares. O próprio milagre econômico, que em um primeiro momento foi utilizado para reforçar o discurso positivo à favor da ditadura quando perdeu forças, representou um momento de grande instabilidade econômica no país. As mazelas deste são colhidas até os dias atuais, como as áreas periféricas e vulneráveis formadas no ápice do desenvolvimento industrial no Brasil.

Ferramenta assim, esteve ao lado do trabalhador, daqueles que sentiram o efeito de um desenvolvimento sem planejamento. As consequências políticas, sociais e econômicas da vivência de 21 anos em uma ditadura ainda assombravam a classe trabalhadora que, depois de duas décadas, poderia novamente eleger seus representantes, em 1989.

Mais do que canal de comunicação, o boletim se tornou canal de reflexão, de crítica e espaço de debate dos operários capixabas. Vítimas de um modelo neoliberal de economia e de um desenvolvimento sem planejamento, buscavam através das páginas do boletim, propor mudanças sociais e de mentalidades.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Adailton Maciel. Pastoral Operária e factibilidade utópica. **Revista de Cultura Teológica**, n. 23, p. 55-67, 1998.

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2011.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)**. 1991.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Boitempo Editorial, 2015.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. **Revista ECO-Pós**, v. 12, n. 2, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os anos 1960-1970 e a reconfiguração dos jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor. MATHEUS, Leticia Cantarela (Orgs.). **História da comunicação: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

SILVA. Luiz Fernando Mangea da. **Igreja Católica e movimento operário no contexto da transição democrática: a trajetória da Pastoral Operária (1975-1990)**. Seropédica, RJ. 165 p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

SILVA, Erilaine Ribeiro da. **Fé e repressão política : atuação de militantes cristãos católicos sob o olhar da delegacia de ordem política e social do estado do Espírito Santo –DOPS/ES (1974 – 1985)**. Dissertação de mestrado. 2013. 182 f. : il.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TRINDADE, Carlos Calenti et al. Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais. In: MARTINUZZO, José Antônio (ORG.) **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.